

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2022

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos
	Maria das Graças Martini
	Paulo Roberto Szeligowski Tinel
BIOSS	Sidney José da Rosa
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida
FIESP	Vilella
CIESP – DR Piracicaba	Homero Scarso
CIESP – DR Limeira	Jonas Vitti
Circuito Serras Verdes	Clodoaldo Antonio da Costa
Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz
CREA/MG	Érika Albino de Souza Macedo Cruz
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
FIEMG	Laene Fonseca Vilas Boas
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
IPSA-C	
IEF	Raquel Junqueira Costa (p/p Thiago Figueiredo Santana)
Fundação Florestal	Antônio Álvato Buso Junior
IGAM	Thiago Figueiredo Santana
	Maria de Lourdes Amaral Nascimento
INEVAT	Francisco Antônio Moschini
Polícia Militar de Minas Gerais	Claudinei Soares Gonçalves
P.M. de Americana	Francisco Antonio Sardelli (p/p Carlos Cesar Gimenez Zappia)
P.M. de Jundiá	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Hortolândia	José Nazareno Zeze Gomes (p/p Josemil Rodrigues dos Santos)
P.M. de Itupeva	Jair Gomes de Souza

P.M. de Indaiatuba	Nilson Alcides Gaspar (p/p Danielle França Nery)
P.M. de Jaguariúna	Márcio Gustavo Bernardes Reis (p/p Luciana Carla Ferreira de Souza)
P.M. de Limeira	Simone Fernanda Zambuzi
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Piracicaba	Luciano Santos Tavares de Almeida
P.M. de Santo Antônio de Posse	João Leandro Lolli (p/p Silvia Andreia Mazan Canezella)
P.M. de Salto	Ernivan Fernandes Balieiro
P.M. de São Pedro	Thiago Silvério da Silva (p/p Tiago de Mattos Seydell)
P.M. de Tietê	Vlamir de Jesus Sandei (p/p Kelly Chisthine Coan)
P.M. de Toledo	Damião Aparecido do Couto
SABESP	Maurício Polezi
Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso
Secretaria de Desenvolvimento Social	Maria Aparecida Ribeiro Germek
Secretaria de Desenvolvimento Regional	Gabriel Chamma Júnior
Secretaria de Esportes	Solange Guerra Bueno
Secretaria da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto
Secretaria de Logística e Transportes	Augusto Olavo Leite
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	André Luiz Sanchez Navarro
	Caroline Túbero Bacchin
Secretaria da Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica (SNSH/MDR)	Roseli dos Santos Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luiz Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
SIFAESP	Gilson Camargo da Silva
UNICA	André Elia Neto
Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso

Ao vigésimo nono dia do mês de junho de 2022, por meio de videoconferência, foi realizada a 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), registrando-se a participação de 112 (cento e doze) pessoas, entre representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários - Presentes” apresentada acima e do público em geral, registrados por meio de manifestação de presença realizada no *chat* da plataforma de videoconferência utilizada. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 15/06/2022. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do

Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na sequência, o Sr. André passou a palavra, para saudações iniciais, ao Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida, Prefeito do Município de Piracicaba e Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou e desejou uma excelente reunião a todos. Posteriormente, o Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS) e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1; o Sr. Marco Antonio dos Santos, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e Vice-presidente do CBH-PCJ e 2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL; a Sra. Laene Fonseca Vilas Boas, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG)

Ata da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2022

e Vice-presidente do CBH-PJ1; e a Sra. Roseli dos Santos Souza, representante da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica do Ministério do Desenvolvimento Regional e 3ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL, que cumprimentaram a todos e desejaram um excelente trabalho. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que desejou boas-vindas e ótimo trabalho a todos. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Roberta Dalfré, Analista Técnica da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que apresentou as orientações para conduta das reuniões por videoconferência e informou que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Dando sequência, o Sr. André apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade. **2. Assuntos a deliberar. 2.1. Aprovação da ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 31/03/2022, por videoconferência.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de leitura da minuta de ata da 27ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 31/03/2022, por videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu a palavra para manifestações sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.2. Apreciação de minuta de deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos Comitês PCJ nº 404/22, de 31/03/2022, que aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo - Cobrança PCJ Paulista - exercício 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou sobre a minuta de deliberação em discussão e informou que a Deliberação COFEHIDRO nº 213/20, de 31/01/2020 estabeleceu que os colegiados devem aprovar seus planos anuais de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo até o final do mês de abril do exercício a que se refere. Após a aprovação do Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2022, que ocorreu através da aprovação da Deliberação dos Comitês PCJ nº 404/22, de 31/03/2022, verificou a necessidade, mediante análise e solicitação da Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi), da realização de ajustes orçamentários no Anexo I do referido Plano. Dando continuidade, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Tony Segatto, Coordenador Financeiro da Fundação da Agência das Bacias PCJ, que apresentou as alterações de valores no Plano de Aplicação da Cobrança PCJ Paulista, exercício 2022. Sobre as alterações, o Sr. Tony explicou que: a) no item 2 - Ajuste da Receita (2021) foram corrigidos os valores da arrecadação alterando os indicadores 2.1.1 - Previsão de arrecadação (2021) e o 2.2.1 - Previsão de alocação para custeio (2021); b) no item 4 - Ajustes do Exercício Anterior e Previsões para o Exercício Atual foram corrigidos os valores dos indicadores 4.3 - Taxa de liberação do agente financeiro, o 4.3.2 - Desembolso efetuado (2021), o 4.3.3 - Ajuste da taxa de liberação do agente financeiro (2021),

o 4.4 - Taxa de liberação dos agentes técnicos, o 4.4.2 - Desembolso efetuado (2021) e 4.4.3 - Ajuste da taxa de liberação dos agentes técnicos (2021); c) no item 5 - Apuração Parcial da Disponibilidade para Investimento foram corrigidos os valores referentes aos indicadores 5.1 - Ajuste da receita e o 5.2 - Total dos ajustes e previsões; d) no item 6 - Despesas de investimento foram corrigidos os valores dos indicadores 6.6 - Lançamento a Crédito constantes no extrato bancário (2021), 6.7 - Ajuste do exercício (2021), 6.7.1 - Valor disponibilizado no plano de aplicação da cobrança (2021) para investimento e 6.9 - Apuração parcial da disponibilidade para investimento; e e) Apuração final da disponibilidade de recursos financeiros para investimento nas Bacias PCJ. Na sequência, o Sr. André abriu para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 404/22, de 31/03/2022, reti-ratificada em 29/06/2022 que aprova o Plano de Aplicação de Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio do Estado de São Paulo, na área das bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Cobrança PCJ Paulista – exercício 2022, à votação, sendo aprovada por unanimidade, para ser encaminhada à Entidade Estadual. **2.3. Apreciação de minuta de deliberação que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo (Cobranças PCJ).** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou tratar-se de uma minuta de deliberação que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo (Cobranças PCJ) e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2022. Em seguida, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Lívia Maria O. Modolo, Assistente Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que explanou citando as Deliberações *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nºs 380/2021 e 381/2021, de 12/11/2021, ao qual foi definido, entre outros itens, o cronograma e regras para a seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, nas temáticas de “Saneamento e Controle de Perdas Hídricas” e “Saneamento Rural”, visando a seleção para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). Também informou sobre a Deliberação dos Comitês PCJ nº 396/2021, de 10/12/2021, que foi referido, dentre outros itens, o cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de “Controle de Perdas Hídricas”, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Paulista, referente ao orçamento de 2022 e 2023. Informou que no Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 01/2021, de 25/11/2021, definiu dentre outros itens, o cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Priorizada, na temática de “Saneamento”, visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal, referente ao orçamento de 2022 e 2023. Também, a Sra. Lívia informou sobre o processo de pré-qualificação, que após análise pela Fundação Agência das Bacias PCJ, Órgãos Licenciadores e Outorgantes e pelas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, tiveram 2 (dois) empreendimentos indeferidos, 2 (dois) empreendimentos suplentes (com pendências) e 46

Ata da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2022

(quarenta e seis) empreendimentos classificados. Informou ainda que houve pequenos ajustes financeiros nos valores de repasse, contrapartida e valor global de 04 (quatro) empreendimentos indicados. A Sra. Lívia explanou os valores globais atualizados das respectivas fontes, sendo: fonte CFURH - R\$ 384.991,49 (trezentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta e nove centavos); da Cobrança PCJ Paulista - R\$ 25.817.029,49 (vinte e cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, vinte e nove reais e quarenta e nove centavos); da Cobrança PCJ FEDERAL - R\$ 3.231.991,07 (três milhões, duzentos e trinta e um mil, novecentos e noventa e um reais e sete centavos), totalizando R\$ 29.434.012,05 (vinte e nove milhões, quatrocentos e trinta e quatro mil, doze reais e cinco centavos). Por fim, a Sra. Lívia informou os municípios a serem indicados e suas respectivas fontes de recursos financeiros, sendo 20 (vinte) na temática de “Saneamento e Controle de Perdas Hídricas”, 8 (oito) na temática de “Saneamento Rural”, 11 (onze) na temática de “Controle de Perdas Hídricas”, e solicitou a substituição do texto da minuta de Deliberação em questão, prevalecendo o texto: 7 (sete) na temática de “Saneamento”. Após as explicações, o Sr. André abriu para manifestações dos presentes e passou a palavra para o Sr. Thiago Figueiredo Santana, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que questionou se houve a inscrição de municípios do Estado de Minas Gerais para pleitear recursos financeiros da Cobrança PCJ FEDERAL. A Sra. Elaine Franco de Campos, Coordenadora de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que os critérios de priorização de municípios para as ações previstas para financiamento são estabelecidos a partir do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para o período 2020 a 2035 (Plano das Bacias PCJ 2020-2035), aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 332/2020, de 31/08/2020. O Sr. André complementou que o Plano das Bacias PCJ 2020-2035 indicou os municípios mais críticos e ações prioritárias para a gestão dos recursos hídricos e que os editais específicos elaborados pela Fundação Agência das Bacias PCJ estão em conformidades, também, com as disposições específicas do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PAP PCJ 2021-2025), que orienta a aplicação dos recursos federais, e do Plano de Ação e Programa de Investimentos (PA/PI) 2020-2023, que orienta a aplicação dos recursos estaduais paulistas. Por fim, a Sra. Lívia explanou que, em outubro de 2021, foi realizado contato com os representantes dos municípios e realizadas oficinas de capacitação sobre o envio de propostas de empreendimentos. Informou, ainda, que foram 03 (três) ações para demanda priorizada na temática saneamento a serem pleiteadas com recursos da Cobrança PCJ FEDERAL, os quais seguiram as orientações do documento Ato Convocatório para Chamamento Público de Projetos nº 01/2021, os quais constam os municípios mineiros enquadrados como prioritários: Camanducaia, Toledo, Extrema e Itapeva. Na sequência, o Sr. Damião Aparecido do Couto, representante da Prefeitura Municipal de Toledo e Secretário-executivo do CBH-PJ1, comentou que o município de Toledo apresentou dificuldade no pleito devido à ausência de documentos técnicos. A Sra. Elaine reforçou que, em 2021, a Fundação Agência das Bacias PCJ contratou a elaboração de Estudo de Alternativas e Concepção para o Sistema de Coleta, Afastamento e Tratamento de Esgoto do município de Toledo. O investimento foi de R\$ 144.297,28 (cento e quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e sete reais e vinte e oito centavos) com recursos da Cobrança PCJ FEDERAL e não houve contrapartida do município. Não havendo mais

manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, de 29/06/2022 que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos das cobranças pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União e do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobranças PCJ) e da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referentes ao exercício de 2022, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.4. Apreciação de minuta de deliberação que indica empreendimento de interesse regional dos comitês de bacias hidrográficas da Bacia do Rio Tietê.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que no ano de 2016, no âmbito da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos 2016 - 2019, o Grupo de CBHs da Bacia do Rio Tietê, formado pelas Secretarias Executivas dos CBHs Alto Tietê (AT), Sorocaba e Médio Tietê (SMT), Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), Tietê-Jacaré (TJ), Tietê-Batalha (TB) e Baixo Tietê (BT) e pelas diretorias das Fundações Agências de Bacias Hidrográficas instaladas na região (FABH-AT, FABH-SMT e Agência das Bacias PCJ), apresentou propostas de ações integradas. Após reuniões conjuntas dos CBHs envolvidos foi aprovado o “Plano de Ações Coletivas e Solidárias dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê”. Em 2021, foi instituído 6 (seis) Grupos de Trabalho (Barragens, Monitoramento, Plano, Agências de Bacias, Comunicação e Pesquisas) que discutiram os encaminhamentos relativos à execução das ações conjuntas previstas no Plano de Ações Coletivas e Solidárias e no Plano Estadual de Recursos Hídricos 2020 - 2023. As 2 (duas) ações que prosperaram para a elaboração de Termo de Referência para a contratação de empreendimentos foram a “Contratação de empresa para execução de serviços de assessoria de imprensa”, que será indicada e executada pela Fundação Agência das Bacias PCJ, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e “Contratação de empresa para a elaboração de estudo visando a definição de diretrizes técnicas e estratégicas institucionais para subsidiar a integração do planejamento das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) da Bacia do Rio Tietê”, que será indicada e executada pela FABH-SMT, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). O grupo aprovou um critério de rateio, referente à divisão do valor total estimado para a execução de cada ação, na proporção de 30% (trinta por cento) para o CBH-AT, de 30% (trinta por cento) para o CBH-PCJ, de 10% (dez por cento) para o CBH-SMT, de 10% (dez por cento) para o CBH-TJ, de 10% (dez por cento) para o CBH-TB e de 10% (dez por cento) para o CBH-BT. Os empreendimentos foram incluídos no Plano de Ação e Programa de Investimentos – PA/PI 2020 a 2023 dos 6 (seis) CBHs da Bacia do Rio Tietê. Em continuidade, o Sr. André explanou que no âmbito dos trabalhos do GT-Comunicação e diante das deliberadas transferências de recursos financeiros entre as sub-bacias do CBHs da Bacia do Rio Tietê, a referida deliberação trata da indicação de empreendimento de interesse regional dos Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia do Rio Tietê. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Everton Campos Quiarara, Assessor de Comunicação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que o empreendimento terá como objetivo a assessoria de imprensa, a comunicação corporativa e a comunicação digital para as iniciativas conjuntas dos Comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê. Compreende as atividades a serem realizadas pelo empreendimento: a cobertura jornalística e fotográfica,

Ata da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2022

newsletter, gestão de rede social e conteúdo (mensal), editoração de folders e cartilhas, gestão de mailing, assessoria de imprensa e clipping. O valor estimado para a execução é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) disponibilizados pelo CBH-PCJ e o restante pelos outros Comitês de Bacias Hidrográficas da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê, conforme estabelecido em critério de rateio. Após as explicações, o Sr. André abriu a palavra para manifestação dos membros presentes e passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que destacou a importância da integração dos comitês da Bacia Hidrográfica do Rio Tietê e enfatizou que essa sistemática trará benefícios futuros e efetividade na gestão dos recursos hídricos, em especial no tocante ao Rio Tietê. Não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 408/22, de 29/06/2022, que indica empreendimento para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo localizados nas Bacias PCJ – Cobrança PCJ Paulista, referente ao exercício de 2022, e dá outras providências, à votação, a qual foi aprovada por unanimidade. **2.5. Apreciação de minuta de deliberação que estabelece prazos para as diversas fases de execução de empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ para serem financiados com recursos FEHIDRO, Cobranças PCJ e contratos existentes.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explanou sobre a minuta de deliberação em discussão, informando que a Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ observou a necessidade de estabelecer prazos para as diversas fases dos empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ para serem financiados com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e Cobranças PCJ, bem como contratos existentes, visando evitar atrasos no cronograma físico financeiro aprovado e a efetiva conclusão dos projetos. Informou que é de responsabilidade direta da Fundação Agência das Bacias PCJ e de forma indireta, de todos os membros dos Comitês PCJ, que os recursos financeiros arrecadados através das cobranças PCJ sejam revertidos o mais breve possível para a viabilização de ações que visem à alteração, de modo considerado benéfico à coletividade, da qualidade e do regime de vazão dos corpos d'água das Bacias PCJ. Dando prosseguimento, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Livia Maria O. Modolo, Assistente Técnica da Coordenação de Projetos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que realizou uma breve contextualização sobre o assunto, informando que a análise do histórico das deliberações demonstrou a necessidade de revisão geral dos prazos e termos estabelecidos pelas Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 091/2008, de 18/03/2008, Deliberação dos Comitês PCJ nº 128/11, de 23/09/2011, reti-ratificada em 31/03/2017 e Deliberação Conjunta *Ad Referendum* dos Comitês PCJ nº 100/19, de 06/12/2019. Quanto à referida minuta de deliberação, a Sra. Livia informou sobre os prazos para a atuação dos agentes técnico e financeiro, da Fundação Agência das Bacias PCJ, enquanto gestora dos contratos e para atuação dos tomadores de recursos para as diversas fases dos empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ, visando financiamento com recursos da Cobrança PCJ Federal. Destacou que a alteração da redação trouxe atualização no processo atual de financiamento e aumentou a autonomia da Fundação Agência das Bacias PCJ para alterar prazos intermediários e prazos finais, sendo que os casos recorrentes

serão submetidos à apreciação dos Comitês PCJ. Após as explanações, o Sr. André abriu a palavra para manifestações dos presentes. Não havendo manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 409, de 29/06/2022 que estabelece prazos para as diversas fases de execução de empreendimentos indicados pelos Comitês PCJ para serem financiados com recursos FEHIDRO e Cobranças PCJ e contratos existentes e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.6. Apreciação de minuta de deliberação que aprova o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2022, sobre o empreendimento Centrais Geradoras Hidrelétricas Quilombo I e Monte Serrat, no município de Itupeva/SP.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que a presente minuta de deliberação tratou da aprovação do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2021, referente aos empreendimentos Centrais Geradoras Hidrelétricas Quilombo I e Monte Serrat, no município de Itupeva/SP. O GT-Empreendimentos tem como uma de suas atribuições coordenar e consolidar a análise e manifestação sobre empreendimentos que forem encaminhados aos Comitês PCJ, nos termos da Resolução SMA nº 54, de 30/07/2008, e da Deliberação CRH nº 87, de 28/10/2008. O Sr. André complementou que analisando os estudos e informações complementares, com base nos itens levantados no Parecer Técnico GT-Empreendimento nº 01/2022, o GT-Empreendimentos considerou que a documentação complementar encaminhada atende integralmente às recomendações solicitadas, não havendo óbices, quanto à implantação dos empreendimentos. Dando prosseguimento, o Sr. André abriu a palavra para manifestações e passou a palavra para o Sr. Francisco Antonio Moschini, representante da Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT), que se expressou desfavorável à implantação do empreendimento e ressaltou os impactos ambientais causados por empreendimentos de geração hidrelétrica, exemplificando alternativas de geração consideradas mais sustentáveis, como a fotovoltaica e a eólica. O Sr. André agradeceu a manifestação do INEVAT, contextualizando os principais pontos que nortearam o posicionamento do GT-Empreendimentos sobre o assunto. Em seguida, não havendo mais manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de Deliberação dos Comitês PCJ nº 410/22, de 29/06/2022, que aprova o Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 03/2022, sobre os empreendimentos Centrais Geradoras Hidrelétricas Quilombo I e Monte Serrat, sob responsabilidade da empresa Usinas Participações Ltda., no município de Itupeva/SP, à votação, sendo aprovada com o registro de duas abstenções, pela Sra. Ana Paula Fernandes Abrahão, representante da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON) e pela Sra. Solange Guerra Bueno, representante da Secretaria de Esportes. Também foi registrado um voto contrário proferido pelo Sr. Francisco Antonio Moschini, representante do Instituto de Estudos Vale do Tietê (INEVAT) e Coordenador-adjunto da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA). **3. Informes. 3.1. Diretoria dos Comitês PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL informou que: a) Em atendimento às exigências do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), todos os novos membros dos Comitês PCJ deverão passar por capacitação. Informou também, que a

Ata da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2022

Deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH-SP) nº 248, de 18/02/2021, que aprovou a revisão da metodologia de distribuição de recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), estabeleceu indicadores relativos à capacitação dos membros dos comitês de bacias hidrográficas. A capacitação poderá ser realizada, entre outras estratégias, por meio dos cursos gratuitos oferecidos pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), disponíveis por meio do link (<https://capacitacao.ead.unesp.br>). O Sr. André comunicou aos membros dos Comitês PCJ, que após a realização de cursos de capacitações e participação em eventos, devem encaminhar para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ os certificados para registro em banco de dados, através do e-mail (se.pcj@comites.baciaspcj.org.br). A Secretaria Executiva dos Comitês PCJ elaborou um levantamento estatístico da participação dos membros dos Comitês PCJ em capacitação, que resultou em 59 (cinquenta e nove) representantes capacitados em cursos e eventos, 19 (dezenove) palestras em reuniões no âmbito das Câmaras Técnicas (CTs) e 9 (nove) no âmbito dos Grupos de Trabalho (GTs), totalizando carga horária de 32 (trinta e duas) horas, abrangendo a capacitação de 758 (setecentos e cinquenta e oito) representantes de membros dos Comitês PCJ; b) Em 26/04/2022, a Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ promoveu o “V Seminário de Saúde Ambiental”, com o objetivo de propagar conhecimento, divulgar trabalhos e pesquisas em diversos temas relacionados à Saúde Ambiental. O Sr. André parabenizou a coordenação da CT-SAM pela realização do evento. A gravação do evento está disponível para acesso através do link (<https://www.youtube.com/watch?v=U6p-Kjj-CCM>); c) Em 21/07/2022, a Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água no Meio Rural (CT-Rural) promoverá o webinar “O Produtor Rural como Produtor de Água”. Entre os palestrantes, participarão representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento do município de Piracicaba, da Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (COPLACANA) e das Câmaras Técnicas de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) e de Saúde Ambiental (CT-SAM). Durante o evento serão compartilhadas boas práticas agropecuárias que contribuem para a melhoria da quantidade e da qualidade da água no meio rural; d) Em 18/05/2022, o Presidente do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. Luciano Santos Tavares de Almeida; o Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, Sr. André Luiz Sanchez Navarro; o Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella; o Coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água na Indústria (CT-Industria) e do GT-Previsão (CT-MH), Sr. Jorge Antonio Mercanti, dentre outros representantes dos Comitês PCJ, realizaram uma visita técnica agendada pelo Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), em parceria com o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), à obra da barragem do município de Pedreira, que está sendo implantada no Rio Jaguari; e) Em 19/04/2022, ocorreu a 3ª Reunião do Grupo de Trabalho de Escassez Hídrica do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), na qual participaram o Sr. André Luiz Sanchez Navarro e o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representando os Comitês PCJ, em conjunto com representantes da Diretoria da Bacia do Médio Tietê (BMT), do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), apresentando informações sobre “Experiência nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, e no Sistema Cantareira”; f) Em

31/05/2022, foi realizada a 1ª Reunião do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas de 2022. Dentre os temas que fizeram parte da pauta da reunião, foi abordado sobre o Projeto de Lei (PL) nº 4546/2021, que Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica. Foi constituído grupo de trabalho, com a participação dos Comitês PCJ, para organização de espaço dos CBHs paulistas no XXIV – Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas – ENCOB 2022, destinado a centralizar discussões sobre o aprimoramento do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SigRH); g) O relatório sobre execução do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) – exercício 2021 foi elaborado pela Fundação Agência das Bacias PCJ, e apreciado pelas Câmaras Técnicas do Plano de Bacias (CT-PB) e de Planejamento (CT-PL). O relatório faz avaliação sobre a execução das ações e programas do PAP e POA, quanto ao exercício 2021. O Relatório encontra-se disponível para consulta no sítio eletrônico da Fundação Agência das Bacias PCJ através do link (https://agencia.baciaspcj.org.br/wp-content/uploads/Relatorio-PAP-PCJ-2021_2025-exercicio-2021.pdf); h) Em 03/05/2022, ocorreu a 1ª Reunião do GT-Ajuste PAP 2023-2025 (CT-PL), na qual foi apresentada proposta da Fundação Agência das Bacias PCJ para a atualização do Plano de Execução Orçamentária Anual – POA 2022. As atualizações foram comunicadas por meio do Ofício Agência das Bacias PCJ nº 082/2022, disponível para consulta através do link (<https://agencia.baciaspcj.org.br/pap-pcj-2021-2025/>). As próximas reuniões do grupo discutirão a proposta de atualização do PAP para o período 2023 a 2025; i) Em 25/05/2022 e 07/06/2022 ocorreram respectivamente a 1ª e 2ª Reunião do GT-Estíagem 2022, na qual dentre os assuntos abordados foram discutidas uma proposta e a aprovação do Plano de Trabalho. O Plano de Trabalho encontra-se disponível para consulta através do link (<https://drive.google.com/file/d/1vkj4F9AD8DoHH9Cwe1ROtceLJdVdOj7A/view>). A próxima reunião do GT está programada para ocorrer em 12/08/2022, às 9:00 horas, por videoconferência. Foi destacado as informações geradas pelo Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) mediante demanda do GT-Previsão (CT-MH) demonstrando a intensidade dos períodos secos cada vez mais severos na área geográfica das Bacias PCJ; j) Em 17/05/2022, foi encaminhado pelo Departamento de Planejamento e Gestão da Coordenadoria de Recursos Hídricos (DPG/CRHi), mensagem eletrônica informando sobre a prorrogação do prazo de entrega do Relatório de Situação 2022 (ano base 2021). O novo prazo para entrega do documento ficou determinado até 30/09/2022, devendo o mesmo ser apreciado em reunião plenária a ser realizada em setembro; k) A 11ª Reunião Extraordinária Conjunta da CT-PL e CT-PB e a 86ª Reunião Ordinária da CT-PL estão programadas para ocorrer em 02/09/2022, às 9:00 horas, por videoconferência. O Sr. André solicitou aos membros que reservem a data em suas agendas de trabalho. **2.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Sérgio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: a) O projeto PCJ VIRTUAL foi lançado durante a 37ª Festa das Nações de Piracicaba, no Engenho Central, que ocorreu entre os dias 18 a 22/05/2022. O objetivo do projeto foi promover a educação ambiental, aproximar as pessoas das questões relacionadas à gestão participativa, a conservação dos mananciais e ao consumo consciente da água, por meio da utilização de óculos

Ata da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2022

de realidade virtual e interação com um game. Tratou-se de iniciativa da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) e da Fundação Agência das Bacias PCJ, com o apoio da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA Campinas). O stand vai ser levado a mais 23 (vinte e três) municípios nas Bacias PCJ, nos próximos meses; b) Entre os dias 16 e 19 de maio de 2022 aconteceu em Recife/PE, o “X Seminário Nacional e V Encontro Latino-Americano de Saneamento Rural”. O Sr. Ivens de Oliveira e o Sr. Sérgio Razera representaram a Fundação Agência das Bacias PCJ e realizaram uma apresentação sobre a padronização de projetos, obras e acompanhamento técnico social para saneamento rural, destacando o Termo de Referência que foi construído em parceria com a Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), a Fundação Agência das Bacias PCJ, a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES) e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Como destaque dessa participação, a Fundação Agência das Bacias PCJ e a Fundação Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (FABH-AT), através de seu Diretor-presidente, Sr. Hélio Suleiman, fizeram contatos com a Secretária de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco para obtenção de um software para gestão do saneamento em áreas rurais; c) Dando prosseguimento, o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que está disponível para consulta a quarta edição do Relatório Institucional da Fundação Agência das Bacias PCJ, estruturado a partir das Normas GRI *Standards*, da *Global Reporting Initiative*, organização *multistakeholder*, que orienta empresas e instituições sobre gestão e relato de práticas sustentáveis, aprovado pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal da Fundação Agência das Bacias PCJ. Os indicadores GRI estão estruturados em normas econômicas, ambientais e sociais, que permitem mensurar o desempenho em todas as dimensões. O documento encontra-se disponível para acesso no sítio eletrônico da Fundação Agência das Bacias PCJ através do link (<https://agencia.baciaspcj.org.br/institucional2021>); d) A Fundação Agência das Bacias PCJ encaminhou o Ofício Agência das Bacias PCJ nº 082/2022 para a Secretária Executiva dos Comitês PCJ informando que, nos termos do artigo 3º da Deliberação dos Comitês PCJ nº 387/2021, a Fundação Agência das Bacias PCJ comunicou e justificou a realização de ajustes no Plano de Execução Orçamentária Anual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – POA-PCJ, para o exercício 2022. A revisão e a proposição de atualizações substanciais no POA 2022 foi motivada pela apuração de saldos do exercício 2021, dentre os quais se destaca o resultante da retomada dos pagamentos da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), referente à transposição do Sistema Cantareira, ainda em 2021, além da inadimplência dos demais usuários inferior ao previsto inicialmente, que possibilitou ampliar significativamente a previsão dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança em rios de domínio federal. Para realizar as adequações no POA 2022, a Fundação Agência das Bacias PCJ realizou uma análise da execução do POA 2021, quantificando os saldos de recursos financeiros e avaliou as ações previstas para realização em 2021 que não foram contratadas. Após a avaliação foi proposto a realocação de ações não contratadas em 2021 para o POA-PCJ 2022. Também foram atualizados os valores previstos para serviços contínuos, cujos contratos possuem cláusula que estabelece o reajuste no valor a partir do índice IPCA/IBGE e realizou suplementações de valores em determinadas ações, como

medida de ampliação do aporte de recursos financeiros para atendimento aos empreendimentos pré-selecionados por meio dos Editais e Chamamentos Públicos de projetos, bem como, atualização de orçamento de contratos e a inclusão de novas ações. Ressaltou que os recursos apurados para recomposição da reserva financeira do custeio administrativo da Fundação Agência das Bacias PCJ, assim como os valores a serem recolhidos para início da composição de um fundo para financiamento reembolsável não seriam, no momento, incluídos nesta revisão do POA 2022. Por fim, a proposta para uma ampla revisão do PAP-PCJ para os anos de 2023 a 2025 está sendo discutida no GT-Ajuste PAP 2023-2025; e) Na sequência, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que será realizado no dia 15 de junho de 2022 o Seminário II, por meio de videoconferência, para a apresentação do Produto 02 – Levantamento de Dados e Informações Básicas, na 2ª Etapa do Plano Diretor de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Capivari, que vem sendo elaborado pela empresa Profill Engenharia. Neste seminário serão apresentados os dados do referido produto, incluindo informações obtidas nas visitas dos municípios que compõem a referida bacia hidrográfica e os dados obtidos em fontes secundárias como Planos Municipais de Saneamento Básico, Planos de Drenagem, além das demais atividades previstas para o produto. **3.3. Membros dos Plenários:** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH), que apresentou informações sobre o 6º (sexto) ciclo de gestão das outorgas do Sistema Cantareira. A gestão da outorga do Sistema Cantareira está disciplinada pelas Resoluções Conjuntas ANA/DAEE nºs 925 e 926, de 29/05/2017 que dispõe sobre as condições de operação para o Sistema Cantareira (SC), delimitado como o conjunto dos reservatórios Jaguari-Jacaré, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro. Para a operação do Sistema Cantareira foi definido dois períodos hidrológicos distintos, sendo o período úmido que compreende de 1º de dezembro de um ano a 31 de maio do ano seguinte e o período seco, que compreende de 1º de junho a 30 de novembro do mesmo ano. O Sr. Alexandre informou que no período seco as decisões sobre as descargas dos SC cabem aos Comitês PCJ que delegaram tal função para a CT-MH com apoio dos órgãos gestores de recursos hídricos. A operação segue as regras por faixas, variando de 1 – normal ao 5 – especial. No período seco, nas faixas 1, 2, 3 e 4 (normal, atenção, alerta e restrição), será garantida uma vazão média, de 10 m³/s (dez metros cúbicos por segundo) equivalente a um volume de 158,1 hm³ (cento e cinquenta e oito hectômetros cúbicos e um décimo), a ser liberado do SC para as Bacias PCJ. Essas descargas são tomadas para manter a vazão mínima de 10 m³/s (dez metros cúbicos por segundo) no posto “Atibaia captação de Valinhos” e 2 m³/s (dois metros cúbicos por segundo) no posto “Jaguari em Buenópolis”. O volume operacional útil do Sistema Equivalente, foi de 40,0% (quarenta por cento) no dia 28/06/22, cinco pontos percentuais abaixo do volume de 45,2% (quarenta e cinco por cento e dois décimos) medidos ao final de junho do ano de 2021. As atuais descargas de 11,5 m³/s (onze metros cúbico por segundo e cinquenta centésimos) do Sistema Cantareira para as Bacias PCJ, conforme comunicado do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do dia 28/06/2022. Informou ainda que neste volume, os usuários devem atentar-se a para a Faixa 2 – Atenção, quando se encontra entre 40% e 60% (quarenta e sessenta por cento) do

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 25ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada por videoconferência, em 29/06/2022

volume acumulado. O Sr. Alexandre prosseguiu demonstrando as vazões praticadas no dia 28/06/2022, assim como as informações das Bacias PCJ, e apresentou o valor armazenado no Sistema Integrado da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), em 2021 e 2022. Demonstrou, em números, que o sistema de transposição de água da Bacia do Rio Paraíba do Sul está operando e gerando aporte de 7,58 m³/s (sete metros cúbicos por segundo e cinquenta e oito centésimos) somados ao aporte de 10,22 m³/s (dez metros cúbicos por segundo e vinte e dois centésimos), fazendo com que o reservatório cumpra seu papel de armazenamento de água. Por fim, o Sr. Alexandre afirmou que a CT-MH vem acompanhando diariamente a gestão do Sistema Cantareira equilibrando as demandas e preservação da água. Dando prosseguimento, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Sidney José da Rosa, representante da Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana (BIOSS) e 1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL e Presidente do CBH-PJ1, que informou que o município de Itapeva/MG apontou o crescimento dos setores de indústria e serviço, com isso o instrumento de aplicação que envolve a compensação ambiental se fortaleceu através de plantios de espécies arbóreas nas margens do Rio Camanducaia, importante fator para a produção de água nas Bacias PCJ. O Sr. Sidney informou ainda que na Reunião do Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, que ocorreu nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2022, no município de Taiobeiras/MG, foi discutido sobre o Projeto de Lei nº 4546/2021, que trata da Política Nacional de Infraestrutura

Hídrica. Por fim, o Sr. Sidney informou sobre a necessidade de atualização dos valores contidos no Anexo I (Limites de Valores de Diárias por Deslocamento e Período) da Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/2017, de 15/12/2017, que estabelece regras para pagamento de despesas para participação de membros dos Comitês, em reuniões internas e externas à sua área de atuação, em território nacional. O Sr. André informou que os Comitês PCJ adotam os valores de diárias estabelecidos no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, conforme Ofício Circular nº 05/2017/SAS-ANA, de 01/06/2017 e aguarda novas disposições sobre o assunto. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), que informou que o Consórcio PCJ promoveu no dia 20/05/2022 o plantão de dúvidas e orientações para o enfrentamento da estiagem 2022, na qual debateu os cenários climatológicos e forneceu suporte técnico para a busca de soluções e alternativas de contingenciamento. O Sr. Francisco informou ainda que em abril de 2022 foi solicitado ao Governador do Estado de São Paulo providências para assegurar recursos financeiros do orçamento do estado para 2023, a fim de viabilizar investimentos nas Bacias PCJ, em apoio a construção do Sistema Adutor Regional (SAR-PCJ). **4. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr. André agradeceu a participação de todos e, com a autorização dos Presidentes dos Comitês PCJ, deu por encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)

SIDNEY JOSÉ DA ROSA

Presidente do CBH-PJ1 e 1º Vice-presidente
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA

Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)

DAMIÃO APARECIDO DO COUTO

Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)

ANDRÉ LUIZ SANCHEZ NAVARRO

Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL